

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente nº 238H5-015-PB

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Conselheiros e Administradores
Instituto Rede Brasil do Pacto Global
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Rede Brasil do Pacto Global (Instituto), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Rede Brasil do Pacto Global em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, conforme a norma NBC TG 1000 (R1) e a interpretação ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, conforme a norma NBC TG 1000 (R1) e a Interpretação ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de novembro de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Clayton da Silva Codo
Contador CRC 1SP-234-906/O-1

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Balanços patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.089.433	13.349.711
Contribuições e valores a receber	5	4.359.953	8.706.732
Outros créditos	6	77.990	14.225
Total do ativo circulante		22.527.376	22.070.668
Ativo não circulante			
Contribuições e valores a receber	5	3.926.609	-
Outros créditos	6	74.016	74.016
Imobilizado	7	198.106	65.537
Intangível	-	2.988	-
Total do ativo não circulante		4.201.719	139.553
Total do ativo		26.729.095	22.210.221

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	-	739.788	447.647
Obrigações trabalhistas	-	884.880	491.310
Obrigações tributárias	-	154.832	34.164
Contas a pagar a partes relacionadas	8	14.299.009	8.616.268
Adiantamentos de associados	-	202.317	343.015
Projetos em execução	9	<u>2.810.963</u>	<u>3.954.443</u>
Total do passivo circulante		<u>19.091.789</u>	<u>13.886.847</u>
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	11	7.637.306	8.323.374
Total do patrimônio líquido		<u>7.637.306</u>	<u>8.323.374</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>26.729.095</u>	<u>22.210.221</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com restrições			
Receitas de recursos de projetos	9	10.955.563	3.560.570
Receitas operacionais sem restrições			
Receitas institucionais	12	11.378.048	8.601.700
Gratuidades obtidas – serviços de terceiros	13	2.300.829	1.040.685
Trabalho voluntário	20	35.688	21.563
		13.714.565	9.663.948
Total das receitas		24.670.128	13.224.518
Despesas com restrição			
Despesas com pessoal	-	(464.411)	(184.417)
Despesas com serviços de terceiros	14	(4.113.209)	(2.775.414)
Despesas gerais e administrativas	-	(762.693)	(198.112)
Despesas com marketing	15	(4.908.439)	(381.727)
Despesas tributárias	-	(706.811)	(20.900)
	9	(10.955.563)	(3.560.570)
Despesas sem restrição			
Despesas com pessoal	16	(7.937.235)	(4.677.913)
Despesas com serviços de terceiros	17	(1.035.943)	(763.930)
Despesas gerais e administrativas	18	(3.161.897)	(836.032)
Depreciação e amortização	7	(51.681)	(26.592)
Despesas com marketing	-	(283.681)	(39.456)
Despesas tributárias	-	(73.463)	(54.738)
Gratuidades obtidas – serviços de terceiros	13	(2.300.829)	(1.040.685)
Trabalho voluntário	20	(35.688)	(21.563)
		(14.880.417)	(7.460.909)
Total das despesas operacionais		(25.835.980)	(11.021.479)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(1.165.852)	2.203.039
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	531.420	18.612
Despesas financeiras	19	(51.636)	(24.913)
		479.784	(6.301)
(Déficit) / Superávit do exercício		(686.068)	2.196.738

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
(Déficit) / Superávit do exercício	(686.068)	2.196.738
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(686.068)</u>	<u>2.196.738</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>(Déficit) / Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.126.636	-	6.126.636
Superávit do exercício	-	2.196.738	2.196.738
Incorporação do superávit do exercício	2.196.738	(2.196.738)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.323.374	-	8.323.374
Superávit do exercício	-	(686.068)	(686.068)
Incorporação do déficit do exercício	(686.068)	686.068	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>7.637.306</u>	<u>-</u>	<u>7.637.306</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) / Superávit do exercício	(686.068)	2.196.738
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação	51.681	26.592
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.210.391	-
Bens recebidos em doação – ativo	-	(51.108)
(Aumento) nos ativos		
Contribuições e valores a receber	(790.221)	(2.752.974)
Outros créditos	(63.765)	(83.957)
Aumento / (redução) nos passivos		
Fornecedores	292.141	436.720
Obrigações trabalhistas	393.570	477.575
Obrigações tributárias	120.668	31.973
Contas a pagar a partes relacionadas	5.682.741	5.398.709
Adiantamentos de clientes	(140.698)	277.158
Projetos em execução	(1.143.480)	1.984.899
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.926.960	7.942.325
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(187.238)	(41.021)
Caixa líquido das atividades de investimento	(187.238)	(41.021)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	4.739.722	7.901.304
No início do exercício	13.349.711	5.448.407
No final do exercício	18.089.433	13.349.711
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	4.739.722	7.901.304

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Instituto Rede Brasil do Pacto Global (“Instituto” ou “RBPG”), constituído em 11 de maio de 2020, é uma entidade civil, sem fins lucrativos ou econômicos, de natureza de direito privado e duração por tempo indeterminado e tem por finalidade a promoção do desenvolvimento econômico e social, defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, a promoção da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, sobretudo no meio corporativo, em consonância com o Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (UN Global Compact– “UNGC”).

Lançado em 2000 pelo então secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, o Pacto Global é uma chamada para as empresas alinharem suas estratégias e operações a 10 princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção e desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. É hoje a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 21 mil membros em quase 80 redes locais, que abrangem 162 países.

A história do Pacto Global começou a ser escrita no Brasil a partir do ano de 2003, com a condução do processo de engajamento das empresas brasileiras e criação do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG). A partir de 2011 a Rede Brasil passou a operar através do vínculo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no âmbito da cooperação técnica aprovado pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC.

A Rede Brasil do Pacto Global tem, desde então, conquistado cada vez mais espaço e relevância dentro do setor empresarial brasileiro e, também, dentro da própria estrutura do Pacto Global. A RBPG é atualmente a terceira maior rede do Pacto Global do mundo, com mais de 1800 membros.

Ao final de 2019, o Conselho de Administração da iniciativa local, juntamente com o grupo de empresas do CBPG, deliberou pela constituição de uma organização independente, sob forma de uma associação sem finalidade lucrativa com CNPJ próprio, para realizar as operações da RBPG no Brasil, criando o Instituto Rede Brasil do Pacto Global.

Em 31 de dezembro de 2020, houve o encerramento do projeto BRA/14003 “Engajar” o empresariado brasileiro no desenvolvimento sustentável por meio da RBPG executado em parceria com o PNUD.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis do Instituto, findas em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas de acordo a norma NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovada pela Resolução CFC no 1255/09, e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração do Instituto em 10 de novembro de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Instituto.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para contribuições a receber e passivos contingentes, determinação dos valores dos trabalhos voluntários e determinação dos tributos objetos de renúncia fiscal. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não houve quaisquer julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

e) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos foram apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº22 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.



3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pelo Instituto durante todo o exercício apresentado nestas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração

O Instituto classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis mantidos até o vencimento.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e as aplicações em fundos de investimentos. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “despesas financeiras” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado do Instituto compreendem as “aplicações financeiras”.

iii) Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis do Instituto compreendem valores a receber dos associados, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

iv) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022, incluindo operações de hedge.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com vencimentos originais de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, mais rendimentos incorridos até as datas dos balanços, e ajustados, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.



c) Contribuições a receber

Correspondem, substancialmente, aos valores a receber das contribuições associativas anuais dos associados (fundadores e membros) do Instituto. O prazo de recebimento é de até 24 meses ou menos, sendo, portanto, classificados no ativo circulante as contribuições com vencimento em até doze meses e no ativo não circulante as contribuições com vencimento a partir do decimo terceiro mês.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dessas contribuições, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

O Instituto analisa a existência e evidência de perda para determinar quando uma contribuição a receber não é recuperável. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Instituto avalia, entre outros fatores, o histórico do associado e a quantidade de títulos vencidos de longa data

As despesas com a constituição da PECLD, quando aplicável, são registradas na demonstração do resultado.

d) Imobilizado

O imobilizado é avaliado ao custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada de forma linear, considerando a vida útil estimada dos bens e as taxas de depreciação utilizadas pelo Instituto estão descritas na Nota Explicativa nº 7.

Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação, na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do superávit/déficit no exercício em que o ativo for baixado.

e) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2022.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.



g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que o Instituto questionou a inconstitucionalidade de tributos.

h) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Impostos e contribuições

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 178 a 184 do Regulamento de Imposto de Renda e aprovado pelo Decreto no 9.580, de 22/11/2018, e artigo 195 da Constituição Federal. As obrigações tributárias registradas pelo Instituto estão relacionadas aos impostos retidos na fonte sobre serviços de terceiros (quando houver).

j) Apuração do resultado

O Instituto reconhece a receita quando: **(i)** o valor da receita pode ser mensurado com segurança; **(ii)** é provável que benefícios econômicos futuros fluam para o Instituto e **(iii)** quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Instituto. As despesas do Instituto são reconhecidas de acordo com o seu fato gerador e regime de competência.

- As anuidades dos associados (fundadores e membros) são reconhecidas como receitas proporcionalmente ao período em que os serviços são fornecidos aos mesmos; e
- O Instituto registra em projetos a executar os recursos recebidos até que todas as condições estabelecidas e relacionadas aos projetos sejam atendidas. Nem todos os projetos do Instituto tem coobrigações vinculados aos recursos financeiros, prestações de contas ou utilização de um recurso para um determinado fim.



Os recursos provenientes dos projetos com coobrigações são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto.

k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

l) Receitas com trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, o Instituto valoriza as receitas com trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração o montante que o Instituto pagaria caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalho voluntário são reconhecidas em contrapartida às despesas operacionais, ambas no resultado do exercício.

m) Gratuidades obtidas

As receitas com gratuidades obtidas são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com gratuidades obtidas são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas com serviços, também no resultado do exercício.

n) Patrimônio líquido

Representa o patrimônio líquido inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a norma contábil aplicável as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa sem restrição		
Bancos conta movimento	40.701	53.159
Aplicações financeiras	18.048.732	9.342.109
Total	18.089.433	9.395.268
Caixa e equivalentes de caixa com restrição		
Aplicações financeiras	-	3.954.443
Total	-	3.954.443
Total	18.089.433	13.349.711

As aplicações financeiras até agosto de 2022 estavam alocadas em uma carteira de aplicação e resgate automático dos recursos disponíveis, com remuneração mensal variável de 5% da taxa média do CDI. A partir de setembro de 2022, as aplicações financeiras foram migradas para CDBs (Cédulas de Crédito Bancário) com remuneração de aproximadamente 100,5% da taxa do CDI.



O caixa e equivalentes de caixa com restrição é proveniente de valores vinculados aos projetos em execução do Instituto, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 9. Esses montantes encontram-se aplicado em instituição financeira e somente podem ser utilizados para custear os gastos dos projetos correspondentes. Em 2022, o caixa com restrição encerrou sem saldo, pois os valores restritos do Instituto estavam registrados no contas a receber em função dos membros/parceiros não terem realizado as liquidações financeiras dentro do exercício de 2022.

O caixa e equivalentes de caixa sem restrição refere-se aos valores provenientes de contribuições dos associados/membros, doações, patrocínios e parcerias e é utilizado para manter a operação do Instituto em funcionamento.

5. Contribuições e valores a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Anuidades a receber	5.567.733	5.448.873
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(1.210.391)	-
Total	4.357.342	5.448.873
Demais valores a receber		
Apoio institucional a receber	650.000	367.743
Participações a receber	631.876	680.444
Convênio a receber	451.056	-
Doações a receber	-	57.968
Patrocínios a receber	2.196.288	2.151.704
Total	3.929.220	3.257.859
Total	8.286.562	8.706.732
Total no ativo circulante	4.359.953	8.706.732
Total no ativo não circulante	3.926.609	-
Total	8.286.562	8.706.732

As contribuições associativas anuais possuem prazo de vencimento de até 24 meses, sendo, portanto, classificadas no ativo circulante as contribuições com vencimento em até doze meses e no ativo não circulante as contribuições com vencimento a partir do decimo terceiro mês.

A Administração constituiu Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) para as anuidades a receber, considerando os associados com contribuição anual em aberto há 365 dias ou mais, relativas as competências de 2020 e 2021, nesse caso incluídas as não vencidas.

As contribuições realizadas pelos membros são de caráter voluntário, contudo, caso um membro tenha uma contribuição em aberto por um período de até 24 meses, o Instituto comunica a *Foundation for the Global Compact* (sede do Pacto Global em Nova Iorque) para a avaliação do desligamento do membro da iniciativa. Atualmente, há um processo contínuo de negociações e revisão de prazos com as organizações e que demonstram boas possibilidades de realização.



5.1. Contribuições e valores a receber – por vencimento

Anuidades a receber	31/12/2022	31/12/2021
A vencer		
Em até 30 dias	1.156.300	3.260.473
De 31 até 60 dias	116.659	139.942
De 61 até 90 dias	118.778	63.042
De 91 até 120 dias	596	2.340
De 121 até 365 dias	99.699	1.084.453
Acima de 365 dias	3.926.609	-
Total	5.418.641	4.550.250
Vencidos		
Em até 30 dias	86.172	898.623
De 121 até 365 dias	62.920	-
Total	149.092	898.623
Total anuidades a receber	5.567.733	5.448.873
Demais valores a receber		
A vencer		
Em até 30 dias	156.638	-
De 31 até 60 dias	99.000	300.000
De 61 até 90 dias	-	-
De 91 até 120 dias	25.000	-
De 121 até 365 dias	1.802.160	909.250
Total	2.082.798	1.209.250
Vencidos		
Em até 30 dias	721.017	1.735.317
De 121 até 365 dias	913.905	313.292
Acima de 365 dias	211.500	-
Total	1.846.422	2.048.609
Total demais valores a receber	3.929.220	3.257.859

6. Outros créditos

	31/12/2022	31/12/2021
Depósito caução de aluguel	74.016	74.016
Adiantamento de férias	59.504	-
Adiantamento de viagem	15.000	-
Adiantamento a fornecedores	949	14.062
Outros créditos	2.537	163
Total	152.006	88.241
Ativo circulante	77.990	14.225
Ativo não circulante	74.016	74.016
Total	152.006	88.241



7. Imobilizado

Descrição	% Taxa anual de depreciação	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de informática	20%	255.743	(76.469)	179.274	65.537
Instalações	10%	15.349	(1.407)	13.942	-
Máquinas e Equipamentos	10%	5.286	(396)	4.890	-
Total		276.378	(78.272)	198.106	65.537

7.1. Movimentação do Imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Movimentação em 2022		Saldo em 31/12/2022
		Adições	Baixas	
Equipamentos de informática	92.129	163.614	-	255.743
Instalações	-	15.349	-	15.349
Máquinas e Equipamentos	-	5.287	-	5.287
Total custo	92.129	184.250	-	276.379
Depreciação acumulada	(26.592)	(51.681)	-	(78.273)
Total imobilizado	65.537	132.569	-	198.106

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Movimentação em 2021		Saldo em 31/12/2021
		Adições (a)	Baixas	
Equipamentos de informática	-	92.129	-	92.129
Total custo		92.129	-	92.129
Depreciação acumulada	-	(26.592)	-	(26.592)
Total imobilizado		65.537	-	65.537

- (a) Do valor total das adições do exercício, R\$ 51.108 refere-se à doação recebida do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (ONU) e o montante de R\$ 41.021, refere-se a compra de equipamentos de informática com recursos próprios do Instituto.

8. Partes relacionadas

Desde a sua função, em 2020, o Instituto mantém transações com a *Foundation for the Global Compact*.

Conforme previsto em memorando de entendimento e estratégia de modelo de negócios citado na Nota Explicativa nº 1 – Contexto operacional, cabe à Rede Brasil a transferência para a Fundação de 50% das contribuições anuais recebidas dos associados (fundadores e membros), a título de compartilhamento, para fins de atingimento em nível global dos objetivos do Pacto Global.

Os demais recursos captados a título de doações, apoio institucional, participações e patrocínios, não se incluem na base de cálculo dos valores a serem repassados.

O Instituto é responsável pela operacionalização dos recebimentos e prestação de contas, por meio do envio de relatórios de contribuição diretamente à *Foundation for the Global Compact*.



Em 31 de dezembro de 2022, o valor acumulado a ser repassado é de R\$ 14.299.009, considerando as atualizações/ajustes (R\$ 8.616.268 em 31 de dezembro de 2021), proveniente dos valores recebidos e a receber exclusivamente de anuidades e até então não repassados, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Movimentação em 2022			Total dos valores a serem repassados
	Total das anuidades	50% Repasse	(-) ajustes	
Contas a pagar a partes relacionadas				
Anuidades 2020 recebidas	7.993.231	3.996.616	(889.493)	3.107.123
Anuidades 2020 não recebidas (provisão)	70.768	35.384	(35.384)	-
(-) Perdas Efetivas Anuidades 2020	(240.345)	(120.173)	-	(120.173)
Total	7.823.654	3.911.827	(924.877)	2.986.950
Anuidades 2021 recebidas	11.782.517	5.891.259	(854.308)	5.036.951
Anuidades 2021 não recebidas (provisão)	1.183.841	591.921	(119.726)	472.195
(-) Perdas Efetivas Anuidades 2021	(298.923)	(149.462)	-	(149.462)
Total	12.667.435	6.333.718	(974.034)	5.359.684
Anuidades 2022 recebidas	11.106.485	5.553.243	(1.122.271)	4.430.972
Anuidades 2022 não recebidas (provisão)	4.313.125	2.156.563	(593.535)	1.563.028
(-) Perdas membro em recuperação judicial	-	(41.625)	-	(41.625)
Total	15.419.610	7.668.181	(1.715.806)	5.952.375
Total	35.910.699	17.913.726	(3.614.717)	14.299.009

Descrição	Movimentação em 2021				Total dos valores a serem repassados
	Total das anuidades	50% Repasse	(-) ajustes 2020	(-) ajustes 2021	
Contas a pagar a partes relacionadas					
Anuidades 2020 recebidas	6.481.728	3.240.864	(694.268)	(110.436)	2.436.160
Anuidades 2020 não recebidas (provisão)	1.341.926	670.963	-	-	670.963
Total	7.823.654	3.911.827	-	(804.704)	3.107.123
Anuidades 2021 recebidas	8.560.488	4.280.244	-	(824.573)	3.455.671
Anuidades 2021 não recebidas (provisão)	4.106.947	2.053.474	-	-	2.053.474
Total	12.667.435	6.333.718	-	(824.573)	5.509.145
Total	20.491.089	10.245.545	-	(1.629.277)	8.616.268

Os ajustes se referem a compensação de valores entre o Instituto e a Fundação do Pacto Global, perdas de anuidades que reduzem o valor a ser repassado, bem como a variação seguindo modelo de compartilhamento estabelecido, em que a divisão de 50% é aplicável apenas as empresas que possuem um faturamento anual reportado, acima de 50 milhões de dólares.

Organizações que integram o Conselho Orientador da Rede Brasil (CORB), possuem uma faixa de contribuição superior, sendo que a diferença de valor pelo nível de engajamento superior não é compartilhada.

9. Projetos em execução

	31/12/2022	31/12/2021
Parcerias privadas	2.810.963	3.954.443

9.1. Movimentação dos recursos vinculados a projetos

A seguir demonstramos o total de recursos recebidos pelo Instituto e o montante utilizado na execução dos projetos (recursos aplicados):

	Saldo em 31/12/2021	Recursos recebidos	Contas a receber vinculados a projetos	Estornos	Recursos aplicados (a)	Contas a pagar vinculados a projetos (a)	(-) ISS	Saldo em 31/12/2022
Grupo temático água	(32.907)	1.500.000	50.000	-	(762.697)	(230.347)	(2.500)	521.549
Grupo temático anticorrupção	(7.113)	172.188	36.030	-	(212.760)	(47.833)	-	(59.488)
Treinamento	111.328	371.082	29.868	(5.937)	(156.834)	(10.285)	(17.909)	321.313
ODS – Objetivos de desenvolvimento sustentável	562.259	563.101	130.000	(29.750)	(372.788)	(27.865)	(34.190)	790.767
Grupo temático direitos humanos	440.657	1.087.636	59.299	(29.851)	(1.037.312)	(11.963)	(11.327)	497.139
Grupo temático clima	437.704	149.500	154.565	-	(207.842)	(1.288)	(5.050)	527.589
Eventos	1.729.267	1.788.960	2.486.724	-	(6.402.621)	(34.214)	-	(431.884)
Sustentabilidade no setor de alimentos e agricultura	278.584	-	-	-	(432.901)	-	-	(154.317)
Projeto SBTI	276.544	418.588	-	-	(333.097)	(50)	-	361.985
Grupo temático saúde	158.120	500.000	-	-	(197.907)	(23.903)	-	436.310
Total	3.954.443	6.551.055	2.946.486	(65.538)	(10.116.759)	(387.748)	(70.976)	2.810.963
Convênio Petrobrás	-	-	451.056	-	(451.056)	-	-	-
Total	3.954.443	6.551.055	3.397.542	(65.538)	(10.567.815)	(387.748)	(70.976)	2.810.963

(a) O total de despesas com restrição é a somatória dos “Recursos aplicados” e do “Contas a pagar” vinculadas a projetos, resultando no valor total de R\$ 10.955.563.



	Saldo em 31/12/2020 (Reapresentado)	Recursos recebidos	Recursos aplicados		Saldo em (-) ISS 31/12/2021
Grupo temático água	280.000	32.000	(343.307)	(1.600)	(32.907)
Grupo temático anticorrupção	-	82.903	(90.016)	-	(7.113)
Treinamento	29.722	515.734	(409.649)	(24.479)	111.328
ODS - Objetivos de desenvolvimento sustentável	533.705	518.000	(447.797)	(41.649)	562.259
Grupo temático direitos humanos	160.819	554.076	(253.484)	(20.754)	440.657
Grupo temático clima	50.000	501.500	(92.496)	(21.300)	437.704
Eventos	72.840	3.155.038	(1.498.611)	-	1.729.267
Sustentabilidade no setor de alimentos e agricultura	390.000	90.000	(201.416)	-	278.584
Projeto SBTI	452.458	-	(175.914)	-	276.544
Grupo temático saúde	-	206.000	(47.880)	-	158.120
Total	1.969.544	5.655.251	(3.560.570)	(109.782)	3.954.443

Os projetos conduzidos no país são desenvolvidos por meio das Plataformas de Ação (Ação pela Água, Ação pelo Agro Sustentável, Ação pelos Direitos Humanos, Ação pelo Clima, Ação contra a Corrupção, Ação pelos ODS e Ação para Comunicar e Engajar), dos Movimentos (Ambição Net Zero, Mente em Foco, Elas Lideram 2030, Salário Digno, Raça é Prioridade, Conexão Circular, Mais Água e 100% Transparência) e dos Programas Internacionais. São iniciativas que contam com o envolvimento de centenas de empresas, assim como agências da ONU e agências governamentais.

O Instituto também participa e realiza eventos no Brasil e no exterior, nas mais diversas áreas e setores da economia, sempre com o objetivo de engajar mais empresas e organizações para a agenda global de sustentabilidade. Em treinamentos, tem o papel de promover reflexões, debates e trocas para que a comunidade empresarial seja um impulsionador de mudança socioambiental, tendo como norte os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõe a Agenda 2030.

Para indivíduos e organizações, são oferecidos workshops, webinars e palestras abertas ao público e capacitações exclusivas para empresas.

Todas as ações desenvolvidas pela rede, contam com parceiros que contribuem diretamente para o andamento contínuo dos programas.

Em 31 de dezembro de 2022, quatro projetos apresentaram saldo negativo, em razão do investimento pelo Instituto ter ocorrido antes do recebimento de recursos por parte dos apoiadores dessas iniciativas. A Administração tem a perspectiva de que os projetos tenham fechamento positivo no próximo exercício.

Convênio Petrobrás

Projeto firmado no final de novembro de 2022. A Petrobrás e o Pacto Global da ONU no Brasil se uniram para implementar a Trilha de Direitos Humanos. Uma iniciativa que proporciona às empresas participantes da Rede Brasil uma ferramenta de auto-diagnóstico com relação à aderência aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU. A parceria também inclui uma Trilha específica para fornecedores da Petrobrás, com o intuito de ampliar o diagnóstico e as boas práticas em direitos humanos especificamente para este setor. A parceria terá duração de 12 meses e atenderá até 300 empresas do Pacto Global e até 130 fornecedores da Petrobras.

10. Provisão para demandas judiciais

O Instituto, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.



Em 31 de dezembro de 2022, o Instituto não possuía processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível em andamento. Não obstante, o Instituto realiza contratação de pessoal para execução de atividades operacionais, em que há riscos envolvendo questões de natureza trabalhista e previdenciária, para os quais seus assessores jurídicos externos julgam como sendo de perda possível, os quais perfazem o montante de R\$ 909.000 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 381.000 na data-base de 31 de dezembro de 2021), portanto, não se encontram registradas, em consonância com a Seção - 21 "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", da norma NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

11. Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto compreende o valor do superávit do exercício, no qual é composto por recursos financeiros recebidos sob a forma de doação, legado, subvenção, patrocínio, auxílio, devendo ser administrados e utilizados apenas para o estrito cumprimento de seu objeto social.

Todo o patrimônio e receitas do Instituto deverão ser revertidos à manutenção e ao desenvolvimento de seu objeto social, sendo vedada a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio ou receita a qualquer título, entre os associados, instituidores, benfeitores, dirigentes, conselheiros ou qualquer outra pessoa física ou jurídica, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários ao seu funcionamento administrativo.

No caso de dissolução do Instituto, o respectivo patrimônio social remanescente, após o pagamento de todas as dívidas e passivos, será transferido a entidade sem fins lucrativos nacional ou internacional com objeto social semelhante ao do Instituto, a ser escolhida e aprovada pela Assembleia Geral.

12. Receitas operacionais sem restrição

		31/12/2022	31/12/2021
Doações	(a)	4.500	98.435
Anuidades	(b)	10.076.384	7.294.711
Patrocínios e parcerias	(c)	456.281	781.910
Apoio Institucional	(d)	275.000	45.833
Participações	(e)	25.500	18.043
Receitas diversas	(f)	540.383	362.768
Total		11.378.048	8.601.700

- (a) O Instituto possui isenção de ITCMD no estado de São Paulo sobre as doações recebidas conforme protocolo Sefaz-SP SFP-PRC-2021/04459, vigente até 13 de abril de 2025;
- (b) As receitas de contribuições líquidas referem-se às anuidades de membros e associados, calculadas com base no faturamento e nível de engajamento das empresas, já descontado o valor devido de repasse ao Pacto Global em NY (Nota Explicativa nº 8), conforme estabelecido nos padrões de qualidade e memorando de entendimento entre as partes;
- (c) As receitas de patrocínios e parceiros referem-se a projetos desenvolvidos nas diversas áreas temáticas de atuação e apoio institucional, conforme previsto em estatuto e regimento interno do Instituto;
- (d) A receita de apoio institucional refere-se ao contrato firmado em novembro de 2021, no valor de R\$ 1.100.000, com um associado fundador do Instituto, que será válido pelos próximos 4 anos. Em 31 de dezembro de 2022, foram reconhecidos como receitas 12/48 avos do contrato de acordo, com o princípio de competência da realização dos serviços.

O Apoio Institucional, trata de um nível superior de engajamento com RBPG. As empresas apoiadoras, usufruem de benefícios adicionais especiais a serem determinados pela Diretoria Executiva, dentre eles: suporte customizado, assessoria para sustentabilidade corporativa, capacitações, convites exclusivos para eventos, treinamentos e palestras, destaque nos materiais institucionais e canais de divulgação da RBPG etc.;



- (e) As receitas de participações diversas são, majoritariamente, referentes a programas de capacitação promovidos pelo Instituto aos membros e associados; e
- (f) Receitas diversas referem-se aos reembolsos de despesas incorridas no exercício de 2022 por parte do alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados.

13. Gratuidades obtidas – serviços de terceiros

		31/12/2022	31/12/2021
	Construção de painel digital do		
KPMG Consultoria	Movimento Mais Água	824.490	-
Belvitur Viagens e Turismo	Passagens aéreas e hospedagens	818.322	-
Machado Meyer	Apoio Jurídico	405.240	424.463
Pinheiro Neto	Apoio Jurídico	134.375	99.122
Fibra Sports Marketing E Eventos Ltda	Assessoria de eventos	54.912	-
Wisnet Consulting Ltda	Treinamento de integração de equipe	23.000	-
ICTS	Canal de denúncias	19.200	12.800
CPAP	Produção de vídeo	10.290	-
Imagem	Concessão de licença de software	8.000	-
Unimar	Apoio a evento	3.000	-
Falconi Consultores	Planejamento estratégico	-	300.000
New Ideas comunicação Ltda	Assessoria de imprensa	-	180.000
Grant Thornton	Auditoria externa	-	24.300
Total		2.300.829	1.040.685

Durante o ano de 2022, o Instituto contou com parcerias pró bono em diversas frentes:

- No âmbito do tema Água, a KPMG estruturou o Painel do Movimento + Água para dispor dos indicadores, números e casos relacionados ao ODS 6 (segurança hídrica e acesso ao saneamento básico) publicamente no site do Pacto Global. O Painel do Movimento + Água é uma entrega para que sejam expostos dados públicos sobre ODS 6 no país a fim de nortear ações e atividades acerca da solução de problemas. A KPMG atua tecnicamente também para atualizar o Painel com dados novos à medida que as bases oficiais os dispõem;
- A Belvitur Viagens e Turismo proveu passagens aéreas para grupos de pessoas negras e indígenas para o evento SDGs in Brazil em Nova York, possibilitando maior diversidade social no âmbito do evento;
- Machado Meyer e Pinheiro Neto, dois grandes escritórios de advocacia, proveram serviços de análises de contratos diversos (patrocínios e parcerias); e
- Fibra Sports Marketing proveu serviços na execução de eventos diversos.



14. Despesas com serviços de terceiros – com restrição

	31/12/2022	31/12/2021
Consultoria	(1.236.712)	(629.619)
Assessoria	(1.220.008)	(500.121)
Produção de eventos	(728.603)	(388.544)
Administrativo	(592.152)	(555.246)
Serviços gráfico e de diagramação	(101.062)	(98.812)
Informática	(97.104)	(275.855)
Treinamento, curso e capacitação	(76.460)	(53.775)
Parcerias	(31.250)	(171.908)
Serviços de tradução	(22.414)	(39.313)
Jurídico	(6.296)	(1.451)
Autônomos	(1.148)	(23.146)
Pesquisa	-	(35.000)
Show / eventos	-	(1.875)
Outros serviços de terceiros	-	(749)
Total	(4.113.209)	(2.775.414)

15. Despesas com marketing – com restrição

	31/12/2022	31/12/2021
Eventos (a)	(3.562.745)	-
Doações – parcerias (b)	(1.130.966)	(106.000)
Publicidade	(191.711)	(102.238)
Brindes e cortesias	(12.424)	(58.566)
Desenvolvimento de parcerias	(10.593)	(114.923)
Total	(4.908.439)	(381.727)

(a) As despesas com Eventos estão concentradas nos seguintes eventos:

- SDGs in Brazil, ocorrido na sede da ONU em Nova York, em setembro de 2022, em que ocorreu um dispêndio de R\$ 2.677.629;
- Evento de lançamento da agenda Ambição 2030, em março de 2022, em que ocorreu o dispêndio de R\$ 549.123;
- Evento de lançamento da Trilha de Direitos Humanos Petrobrás em Genebra, em novembro de 2022, em que ocorreu o dispêndio de R\$ 144.765;
- Evento Togetherband, em comemoração ao Dia da Terra, em que ocorreu o dispêndio de R\$ 118.785; e
- Evento da conferência de Oceanos da ONU em Lisboa, em que ocorreu o dispêndio de R\$ 72.443. Os principais gastos foram com serviços de alimentos e bebidas, aluguel de espaço, passagens aéreas e hospedagens.

(b) As despesas com Doações - parcerias foram realizadas, na sua maioria, nas seguintes categorias:

- Apoio às ações sociais de entidade para viabilizar apoio a famílias em situação de vulnerabilidade no Brasil (muitas por conta de ainda estarem sendo atingidas pelos efeitos da pandemia do Covid-19), em que ocorreu o dispêndio de R\$ 314.066;
- Apoio às ações sociais de entidade para viabilizar o cursinho popular pré-ENEN no Morro do Papagaio, em que com dispêndio de R\$ 314.066;
- Contribuição oriunda de live solidária ao programa “Empoderando refugiadas”, uma parceria do Pacto Global e ACNUR (Agência da ONU para refugiados), em que ocorreu o dispêndio de R\$ 244.274;



- Apoio às ações sociais da entidade Zenklub, em que ocorreu o dispêndio de R\$ 189.274; e
- Doação para o evento Afro Presença no montante de R\$ 69.287.

16. Despesas com pessoal – sem restrição

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e ordenados	(5.116.767)	(2.990.238)
Encargos sociais	(1.622.296)	(1.082.915)
Benefícios	(1.198.172)	(604.760)
Total	(7.937.235)	(4.677.913)

As despesas com pessoal aumentaram significativamente em 2022 em função das novas contratações. No encerramento do exercício de 2021, havia 26 colaboradores, ao passo que em 31 de dezembro de 2022 havia 49 colaboradores.

17. Despesas com serviços de terceiros – sem restrição

	31/12/2022	31/12/2021
Administrativo	(288.148)	(180.892)
Assessoria	(191.623)	(68.300)
Consultoria	(152.334)	(109.533)
Contabilidade e auditoria	(123.355)	(72.676)
Informática	(75.928)	(34.306)
Material gráfico e diagramação	(73.247)	(73.920)
Produção de eventos	(70.924)	(8.136)
Manutenção	(21.625)	(17.025)
Serviços de Tradução	(19.317)	(14.543)
Autônomos	(18.000)	(158.397)
Segurança e Vigilância	(1.442)	(352)
Viagens / evento	-	(25.503)
Jurídico	-	(336)
Outros serviços de terceiros	-	(11)
Total	(1.035.943)	(763.930)



18. Despesas gerais e administrativas – sem restrição

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – (a)	(1.210.391)	-
Perdas de anuidades – (b)	(539.268)	(149.414)
Viagens e estadias - (c)	(542.600)	(78.847)
Aluguel e condomínio	(450.668)	(426.485)
Licença de uso software	(150.783)	(17.518)
Locação de máquinas e equipamentos	(53.889)	(7.471)
Água, energia elétrica, telefone e internet	(48.105)	(40.709)
Transporte	(42.403)	(7.545)
Bens duráveis de pequeno valor	(6.992)	(54.959)
Despesas gerais	(116.798)	(53.084)
Total	(3.161.897)	(836.032)

- (a) A linha de despesas com “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” foi criada pela primeira vez no exercício de 2022, para fazer frente aos valores a receber das mensalidades emitidas de competência de 2020 e 2021 e que ainda não foram recebidas;
- (b) A linha de despesas com “Perdas de anuidades” aumentou à medida que a base de membros também cresceu; e
- (c) A linha de despesas com “Viagens e estadias” aumentou após o término do período de restrições de viagens em decorrência da pandemia do Covid-19.

19. Resultado financeiro

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicação financeira	531.120	18.603
Outras receitas financeiras	300	9
Total	531.420	18.612
Despesas financeiras		
Multas e Juros	(19.054)	(13.495)
Tarifas bancárias	(16.514)	(7.981)
Outras despesas	(16.068)	(3.437)
Total	(51.636)	(24.913)
Resultado financeiro	479.784	(6.301)

20. Trabalho voluntário

As receitas com trabalho voluntário quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na ITG-2002 (R1) – Entidade sem finalidade de Lucros, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração e de governança. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

Em 31 de dezembro de 2022, o Instituto recebeu trabalhos voluntários de membros integrantes dos órgãos da administração e de governança, no exercício de suas funções administrativas, financeiras e sociais, o qual seria equivalente ao valor justo total de R\$ 35.688 (R\$ 21.563 em 31 de dezembro de 2021).



Trabalho voluntário exercício de 2022

Cargos	Número de participantes	Número de horas no ano	Total apurado – R\$
Conselho de administração	10	296	21.313
Conselho fiscal	3	135	8.438
Conselho de governança	4	39	1.625
Conselho jovem	8	37	2.313
Conselho de integridade	4	27	1.125
Comitê de pessoas	3	21	874
Total		555	35.688

Trabalho voluntário exercício de 2021

Cargos	Número de participantes	Número de horas no ano	Total apurado – R\$
Conselho de administração	12	203	14.563
Conselho fiscal	3	36	2.250
Conselho de governança	6	69	2.875
Conselho de integridade	6	36	1.500
Comitê de pessoas	3	9	375
Total		353	21.563

Remuneração da administração

O Estatuto Social do Instituto possui previsão de não remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. Dessa forma, o Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título aos membros desses conselhos, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

O gestor executivo da Administração é remunerado mensalmente de acordo com legislação trabalhista vigente.

21. Tributos objeto de renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG2002(R1) em 02 de setembro de 2015, o Instituto, por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) – 25% sobre o superávit do exercício;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – 9% sobre superávit do exercício;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – 3% sobre as receitas próprias; e
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) – 4% sobre as doações recebidas.

22. Instrumentos financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos em que, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. O Instituto não possui formalizado políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. O Instituto destaca que não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os Instrumentos financeiros do Instituto, são classificados como custo amortizado.

Gerenciamento do risco financeiro

A política da administração é manter uma sólida base de recursos. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando que devam acompanhar os resultados das atividades econômicas em geral.

Atualmente, todo o recurso financeiro disponível do Instituto está alocado em Certificados de Depósito Bancário do Banco Santander Brasil. Cabe ressaltar que o Banco Santander Brasil é classificado pelo Conselho Monetário Nacional como S1, o que quer dizer que seu porte é igual ou maior a 10% do PIB do Brasil.

Baseado nesse apontamento e nas notas de *rating* de crédito emitidas pelas agências Standard & Poors e Moody's, a Administração do Instituto entende que o risco de perda financeira desse investimento seja baixa.

O Instituto não contrata produtos financeiros derivativos e não possui empréstimo e, portanto, não existem riscos financeiros atrelados a essas modalidades.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de o Instituto sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, o Instituto adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, o Instituto procura realizar suas operações com instituições financeiras de baixo risco. O Instituto identificou necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme detalhada na Nota Explicativa nº 5 – Contribuições e valores a receber.

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral do Instituto é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras.

Risco de mercado

Dado que os investimentos do Instituto estão 100% alocados em CDBs de banco de primeira linha, remunerados a 100,5% do CDI, e que o Instituto não possui dívida bancária contratada e produto financeiro derivativo contratado, o risco de mercado concentra-se nos recebíveis das anuidades, as quais são quantificadas em dólares e pagas em reais.

A Administração do Instituto, especificamente na figura do diretor financeiro (CFO), acompanha a variação cambial diariamente e monitora potenciais impactos para, se necessário, tomar as ações corretivas demandadas.

23. Cobertura de seguros

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações.

As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2022, o Instituto possui as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Tipo de cobertura	Apólice	Seguradora	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil de Administradores (D&O)	100 0000052208	Tokio Marine	03/02/2023 a 03/02/2024	R\$ 5.000.000
Incêndio e danos materiais do escritório	118 49 4020673	Porto Seguro	10/12/2022 a 10/12/2023	R\$ 4.000.000

O escopo dos trabalhos dos nossos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração do Instituto e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

24. Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2023, o Instituto recebeu comunicado de uma empresa membro, informando sobre o processo de recuperação judicial no qual estão inseridos. Consideramos o valor a receber da empresa membro, o Instituto realizou a provisão para perdas de 100% do saldo a receber de anuidade da empresa membro no montante de R\$ 77.280;

Em 22 de março de 2023, foi realizado, pelo Instituto, o repasse à *Foundation for the Global Compact* referente às contribuições anuais no valor de R\$ 12.682.243, sendo R\$ 10.739.098 referente ao valor líquido repassado, R\$ 1.902.336 referente ao IRRF e R\$ 40.809 referente ao IOF.

* * *

Carlo Pereira
Diretor Executivo

Rodrigo Favetta
Diretor Financeiro

Verônica Ribeiro Gerlah Paganatto
CRC 1SP267754/O-2